

Parte II - Juventude e violência

Redes sociais e micropolíticas da juventude

Fábio Dal Molin

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DAL MOLIN, F. Redes sociais e micropolíticas da juventude. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais* [online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 128-148. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yccrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Redes sociais e micropolíticas da juventude

Fábio Dal Molin*

1 INTRODUÇÃO

Conforme alguns autores (Oliveira, 2001; Neto; Quiroga, 2000), a sociedade contemporânea vive um paradoxo. Por um lado, a juventude é idolatrada e produtora de uma rede de consumo que privilegia suas características: disposição, irreverência, beleza, vigor físico, e esta rede inclui um bombardeio intenso da mídia, referente à idealização de personalidades que se mantem em forma, sempre jovens, lançando mão de estratégias que mantenham o maior tempo possível a eterna adolescência. Por outro lado, as estatísticas em relação à violência praticada contra crianças e adolescentes (Arantes *et al.*, 2000; Coimbra, 2001; Oliveira, 2001) e a hiperexposição na sociedade, principalmente pela mesma mídia e por setores do poder público, engendram no cotidiano simbólico nacional uma verdadeira guerra civil cujas principais vítimas são, justamente, os jovens, em especial os que vivem em regiões de conflito armado e segregação urbana.

Ainda que tenhamos avançado muito nos últimos 50 anos em termos de desenvolvimento humano (UNESCO, 2004), o poder estatal brasileiro, municipal, regional ou nacional, tem sido incapaz de realizar políticas justas e eficazes de distribuição de renda, urbanização, emprego e controle de natalidade. Os efeitos dessa incapacidade são sentidos diretamente pela população jovem de todas as culturas, localidades e níveis socioeconômicos. Em parceria com ONGs, com a UNESCO, alguns projetos e políticas públicas têm sido elaborados pelo poder público especificamente para o público jovem; no entanto, até um passado recente, poucos têm levado em conta a multiplicidade das culturas juvenis e a necessidade desta categoria de ser protagonista de sua própria ação social, além do Governo não realizar a necessária avaliação e divulgação de resultados da real execução dessas políticas.

2 UMA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDE E MODERNIDADE VINDA DA LITERATURA E DO CINEMA

Alex: É estranho, quando assisto a estes filmes sobre sexo e ultraviolência, sinto esta sensação horrível e tenho vontade de morrer.

Enfermeira: Claro! A violência é realmente ruim. E seu corpo agora está aprendendo isso.

Anthony Burgess, no prefácio escrito a uma edição espanhola de sua mais famosa obra, *Laranja Mecânica*, fornece uma interessante explicação para este título: a ideia de “Laranja” representa algo vivo, mole, orgânico, sensível, e “Mecânica” denota uma máquina dura e fria que a espreme. A junção dos termos representaria a relação do indivíduo com o Estado e suas instâncias disciplinares e repressoras. “Laranja Mecânica” relata a trajetória de Alex, 14 anos, que podemos chamar de “jovem em conflito com a lei”, mas não apenas com a lei, com instituições com a Escola, a Família, a Polícia, enfim, o “mundo adulto” ou a sociedade responsável por sua tutela, uma sociedade na qual os jovens vestem roupas de uma mesma moda e falam gírias constituintes de um dialeto próprio, chamado “Nadsat”. Durante a noite, os grupos juvenis dominam as ruas, e impõem seu poder simbólico e sua maioria. Alex e seus três comparsas, após ingerirem uma espécie de leite “turbinado” com diversos tipos de drogas, seguem uma trajetória do que chamam de “ultraviolência”: pequenos roubos, estupros e conflitos com grupos rivais. Nas agitadas noites do bando de Alex, a “ultraviolência” é uma grande diversão, um ritual conjunto de jovens irreverentes e perversos. Alex, além das aventuras noturnas, é apaixonado por música, e o som de Beethoven provoca efeitos semelhantes a uma droga estimulante, mora com os pais e está matriculado em uma escola que pouco frequenta, por não conseguir acordar cedo após suas noites de aventuras que lhe rendem dinheiro, diversão e *status*.

Cansados de pequenos furtos, os colegas da gangue de Alex o convencem a realizar um roubo maior, o assalto a uma mansão onde vive uma mulher solteira e solitária. Alex, o líder, é o primeiro a entrar na mansão e, diante da reação da vítima, é traído por seus companheiros e pego pela polícia. Seus delitos anteriores não deixavam rastros, ainda que em um deles tenha invadido a residência de um escritor e estupro violentamente sua esposa, deixando sequelas irreparáveis. Na delegacia, é espancado de forma humilhante e encaminhado para uma penitenciária de segurança máxima – nesta etapa narra como entrou em contato com os homens mais perigosos da sociedade e como acaba assassinando outro preso, colega de cela. Ainda na prisão, como apreciava música erudita, Alex consegue trabalhar como auxiliar do capelão, preparando os hinos da missa e lendo os evangelhos diariamente. É neste momento do livro que tem início o conflito explícito entre Alex e o Estado Moderno, no qual as forças subjetivadoras das máquinas sociais exercem sua pressão disciplinadora sobre a máquina-viva que protagoniza a história.

O capelão imaginava que aquele jovem aparentemente bem comportado estava se tornando um bom cristão, mas, na verdade, ao ler o Novo Testamento,

Alex alimentava suas fantasias perversas, imaginando-se como legionário dando chibatadas em Jesus Cristo. A imaginação perversa do jovem Alex processava de maneira singular aquilo que deveria curá-lo. O Ministério do Interior, responsável pela segurança, dada a superlotação dos presídios e a possibilidade da vinda de presos políticos ao sistema carcerário, resolve usar da ciência psicológica para erradicar o crime a partir do método Ludwig de condicionamento, do qual Alex é voluntário. O método, inspirado nas teorias Behavioristas de modificação de comportamento pelo emparelhamento de estímulos, consiste em amarrá-lo em uma cadeira de cinema, em cuja tela seriam passados filmes sobre ultraviolência e sexo, sendo injetada em seu corpo uma substância que provocava extremas náuseas e uma sensação de morte. A partir de uma associação de estímulos, Alex, ao pensar em sexo ou violência, estava condicionado a ter essas sensações até parar de pensar. Curado e libertado, o jovem, ao sair da prisão, confronta-se com a crueldade da sociedade que não o perdoou por seus crimes. Inclui sua família, que substituiu por um filho postiço. Seus antigos colegas de crime tornam-se policiais, o torturam e espancam. A máquina estatal o processou, mas as suas Redes de sociabilidade não se configuraram para recebê-lo. Alex acaba por cair nas mãos de um grupo de oposição ao governo, que tenta usá-lo, mas acaba falhando, pois seu chefe é um escritor que havia sido sua vítima, e tenta matá-lo. Novamente nas mãos do Estado, Alex sofre uma cirurgia no cérebro e retorna a sua vida anterior, com uma nova turma de amigos. Uma noite, sua nova turma o convida para cometer crimes como de hábito, mas Alex recusa, e acaba encontrando um velho amigo, agora já adulto, não falando mais gírias e casado, o que o faz pensar que o crime já não tinha mais graça, e que estava na hora de “construir uma nova vida”.

É interessante observar o trajeto de Alex por todas as instituições disciplinares modernas: a Igreja, o Presídio, a Ciência, a Escola, a Família e até mesmo a que é apontada com criminogênica: o grupo de pares, ou gangue. E mais, ainda que todas o tenham assimilado, torturado e tentado influenciar, de certa forma elas fracassaram, pois ele sempre mostrou resistência, mostrou que também tinha poder sobre elas, e que seu trajeto como “Laranja” espremida pelas máquinas sociais mostrou o esquadrinhamento evidente da tentativa da modernidade e seus aparelhos de esquadrinhar e sufocar a ambivalência, como coloca Zigmunt Bauman:

A prática tipicamente moderna, a substância da política moderna, do intelecto moderno, da vida moderna, é o esforço para exterminar a ambivalência: um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo que não poderia ser ou não fosse precisamente definido. (Bauman, 1999, p. 15).

No meio de sua trajetória, pressionado e manipulado pelo poder do Estado, Alex expressa sua condição: sinto-me como uma laranja mecânica,

potência ambivalente, expressão da vida sob a forma da violência em conflito com potências governamentais disciplinares e modernas, medidas curativas e punitivas da modernidade igualmente violenta. É importante destacar que, no fim da história, Alex resolve abandonar o crime por conta própria. Este fato, mas por um lado, pode trazer à tona uma alusão à sociedade disciplinar moderna, por outro, demonstrar ironicamente que, mesmo com toda a carga institucional, foi a própria vontade do sujeito que “o curou”, em uma demonstração de autonomia. A Laranja ambivalente mostrou-se um ser vivo. Sobre isso, Burgess comenta um fato curioso e bastante significativo nesta argumentação: o livro foi escrito em 21 capítulos, pois 21 anos representa a maioria legal, e, no final, ao encontrar um dos integrantes de sua antiga gangue, mais velho, casado e que abandonou as noites de travessura e as gírias, Alex é levado a refletir sobre a falta de sentido da violência e adquire discernimento sobre seus atos e seu papel social. O interessante é que o editor norte-americano optou por cortar este último capítulo, afinal, na sua ótica, não haveria qualquer possibilidade de Alex deixar sua vida de crime, e tal final seria inverossímil; assim, Stanley Kubrick utilizou a versão censurada para fazer sua versão cinematográfica.

Zigmunt Bauman escreve, em *Modernidade e Ambivalência*, que a contemporaneidade é mais um refluxo da modernidade do que propriamente uma “pós-modernidade”. As instituições modernas, educacionais, científicas, fabris, buscavam sempre o controle, a previsibilidade, a ordem ou a pureza. No entanto, os sujeitos submetidos a elas sempre foram ambivalentes. O manicômio cura o louco, mas o faz às custas de sua subjetividade, a prisão só é eficaz porque mantém o preso isolado, a modernidade se concretiza em um fracasso de instituições que intentam ser socializadoras, mas o homem-máquina cartesiano só existe nos livros. Bauman, semelhante a Foucault, coloca a subjetividade como um ponto de conflito indivíduo-social.

A ciência moderna funda-se nos mecanismos de classificação, ou de ordenação e seriação. A segregação é a resultantes de processos sociocognitivos modernos. A partir de um plano técnico-científico, é possível determinar quem são os bons e quem são os maus, os criminosos natos, ou aqueles cujas condições econômicas certamente os tornarão delinquentes; e o papel da ciência é justamente evitar isto. Para construir uma sociedade organizada, é necessário exercer o controle sobre seus cidadãos, sua saúde, seu modo de existência, suas fraquezas, e poder intervir, curar, eliminar aquilo que foge à regra. Reduzir ao máximo a ambivalência: para isso trabalham as máquinas modernas.

Bauman não vê a pós-modernidade como o “fim” da modernidade, mas sim como o período de turbulências e agitações consequentes da passagem do navio moderno. No período moderno, a ciência classificatória e os grandes projetos de engenharia social pareciam, para seus idealizadores, como a única alternativa. Hoje, a tendência é que a ambivalência seja considerada pela

sociedade, que se reconheçam as limitações do mundo moderno. As instituições, tais como a Escola, o Manicômio, as Prisões, embaladas no sonho moderno da cura, da reabilitação e da socialização plena encontram-se em crise em relação a seus próprios ideais, mas não quer dizer que tenham chegado ao seu ocaso. Saímos da sociedade crente em um Estado protetor e entramos no mundo da novidade, da incerteza e da mudança rápida, mudamos nosso modo de funcionar, toleramos mais a diferença e, talvez, possamos construir uma sociedade plural que conviva com a singularidade.

Aplicando as ideias de Zigmunt Bauman ao contexto da criminologia contemporânea, o criminólogo inglês Jock Young (2002) fala sobre os problemas da inclusão social em uma perspectiva moderna. Até que ponto, em uma sociedade não mais tutelada exclusivamente pelo Estado, na qual múltiplos atores e redes sociais entram no jogo político e social, pode-se falar em inclusão em termos modernos? É por isto que Young dá o título de seu livro “A Sociedade Excludente”, argumentando que os mecanismos de inclusão do Estado geram, em contrapartida, outros mecanismos de exclusão. É nesta perspectiva que será observado aqui o conceito de juventude, como categoria ambivalente, ambígua, móvel e instável, absolutamente referida ao contexto múltiplo do que significa “jovem”, em especial no Brasil, país em que a questão da juventude é inicialmente relevante em termos de rebeldia e participação política na sociedade, e, na contemporaneidade, surge como símbolo de *status*, alienação e consumo, referindo-se a suas categorias “incluídas”, ou de violência e destruição em suas categorias “excluídas”. Como consequência disto, órgãos nacionais e internacionais de assistência, pertencentes ao Estado e ao “terceiro setor” (Giddens, 2001), através de baterias de pesquisas e projetos, planejam e executam pesquisas e políticas públicas de juventude. Este artigo encerra com o papel de Redes sociais surgidas no Bairro Restinga, nos interregnos e espaços intersticiais de todas essas políticas públicas que, ora aliam-se a estas redes, ora entram em conflito, e são capazes de executar e formular as suas próprias políticas híbridas, pela proximidade cotidiana e a cumplicidade com os jovens do Bairro, pela mobilidade, flexibilidade e instabilidade características das redes sociais, ao mesmo tempo suas maiores qualidades e dificuldades.

3 JUVENTUDE

Chama atenção o fato do historiador Eric Hobsbawm, em sua obra *A Era dos Extremos* (1994), chamar o século passado de “O Breve Século XX”, referindo-se explicitamente ao caráter juvenil deste período, que, para este autor, foi de 1914 (início da Primeira Guerra Mundial) até 1991 (a queda do muro de Berlim). Um século de 77 anos, no qual, segundo ele, nunca a humanidade

atingiu tanto desenvolvimento científico, tecnológico e humanitário, e, ao mesmo tempo, foi protagonista de tantos massacres em larga escala. O sonho da união duradoura entre o Estado e a Ciência Moderna foi possível nos “anos dourados” do pós-guerra, pelo menos nos países centrais. No entanto, nos países periféricos, o chamado “Terceiro Mundo”, este Estado benfeitor foi executado parcialmente, gerando grandes desigualdades sociais. A explosão populacional, a expansão do ensino em todas as classes (ainda que deficiente), o aumento da expectativa de vida e a grande expansão urbana iniciada no século XIX foram o caldo de cultura para que uma nova categoria social composta por sujeitos intermediários entre a infância dependente e a idade adulta autônoma e ciente do seu papel provedor na sociedade. Um pouco mais crescidos para serem tratados como crianças, nem tão autônomos ou responsáveis para serem chamados de adultos.

Grupos etários não são novidade nas sociedades, e mesmo na civilização burguesa uma camada dos sexualmente maduros, mas ainda em crescimento físico e intelectual, e sem a experiência da vida adulta, já fora reconhecida. O fato de esse grupo estar se tornando mais jovem em idade à medida que tanto a puberdade quanto as alturas máximas eram atingidas, mais cedo (Floud et al; 1990) não mudava, em si a situação. Simplesmente causava tensão entre os jovens e seus pais e professores, que insistiam em tratá-los como menos adultos do que eles próprios se sentiam. O meio burguês esperava que seus rapazes – diferentemente das moças – passassem por um período de turbulências e “cabeçadas” antes de “assentar-se”. A novidade da nova cultura juvenil era tripla. Primeiro, a ‘juventude’ era vista não como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano. Como no esporte, atividade em que a juventude é suprema, e que agora definia as ambições de mais seres humanos do que qualquer outra, a vida claramente ia ladeira abaixo depois dos trinta. Na melhor das hipóteses, após essa idade restava um pouco de interesse. O fato de que isso não correspondesse, de fato, a uma, realidade social em que (com exceção do esporte, algumas formas de diversão e talvez a matemática pura) poder, influência e realização, além de riqueza, aumentavam com a idade, provava, uma vez mais, que o mundo estava organizado de forma insatisfatória. (Hobsbawm, 1994, p. 319).

O mundo econômico e político, até 1970, ainda era governado por uma “gerontocracia” do pós-guerra, resquício ainda do velho mundo, sendo o modelo de líder político e empresário bem-sucedido o senhor distinto, de gravata e chapéu, o pai de família provedor. Hobsbawm coloca que a segunda novidade gerada pela cultura jovem é uma entrada em massa na sociedade de consumo, a criação de uma moda jovem nas vestimentas, nas roupas, nas atitudes e nos modos de falar. Na citada obra *Laranja Mecânica*, Anthony Burgess faz questão de enfatizar o caráter diferencial das subculturas juvenis: tomam conta do ambiente noturno, bares, boates, espaços abertos, usam roupas totalmente bizarras e falam uns idiomas distintos, compostos por gírias, e estas gírias são quase intraduzíveis inspiradas em idiomas distintos do inglês. E é esta também a terceira novidade

da juventude: a internacionalização da cultura jovem: o *rock and roll*, o *blue jeans*, a televisão e a expansão da cultura cinematográfica Hollywodiana. Ainda que a hegemonia cultural neste sentido fosse dos EUA, os movimentos contraculturais contribuíram para a mundialização da música caribenha, indiana, o *folk* americano e o recém-iniciado *heavy metal* inglês. Nunca a indústria fonográfica cresceu tanto, e a difusão da cultura jovem atingiu os quatro cantos do planeta, dos mais ricos aos mais pobres. A “jovem cultura jovem” surgia para questionar a cultura e a política do mundo adulto, até então dominante:

A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de crianças ou mesmo de adolescentes (ou seja, adultos ainda não inteiramente amadurecidos), negando ao mesmo tempo humanidade plena e qualquer geração, acima dos trinta anos de idade, com exceção do guru ocasional (...).

Ninguém com a mínima experiência das limitações da vida real, ou seja, nenhum adulto, poderia ter idealizado os slogans confiantes, mas patentemente absurdos, dos dias parisienses de maio de 68, nem do “outono quente” de 1969 “tutto e subito”, “queremos tudo e já” (Albers, Goldschmitt & Oehlke, 1971, In: Hobsbawm, p. 58 e 184). (Hobsbawm, 1994, p. 318).

Boaventura Souza Santos (2003), ao analisar a expansão das Universidades e Escolas, especialmente no século XX, também enfatiza o papel destas como fomentadoras da cultura jovem. A Modernidade gerou um amplo contingente da população submetido a uma condição provisória de “estudantes”, não mais sob a tutela absoluta dos pais, mas também não com a autonomia e o poder decisório (Hobsbawm, 1994 p. 323).

Atingindo seu ápice revolucionário nos anos 70, a morte de John Lennon (autor da frase célebre “o sonho acabou”) no início dos anos 80, a juventude como categoria política parece ter entrado em colapso no mundo capitalista. Os movimentos *dark*, *new wave* e a industrialização e estigmatização do *heavy metal*, bem como a expansão radical de uma cultura puramente *pop* e comercial acabaram por converter a juventude em uma categoria puramente consumista, pessimista e alienada, se comparada com a explosão inicial dos anos 60 (Carmo, 2003).

Os anos 80 e 90 foram uma verdadeira explosão comercial da cultura jovem, tornando-se esta globalizada e, com os constantes avanços da medicina estética, a difusão do *fitness* e da medicina preventiva, ocorre um fenômeno de juvenilização da sociedade. Quem marcou seu território durante uma época hoje parece comandar a sociedade globalizada. A juventude parece expandir-se até serem quais e indistintas suas características próprias, começa a compartilhar com o mundo adulto o drama do desemprego, da desregulamentação e da instabilidade. Uma parte dessa população jovem, mais explicitamente a do terceiro

mundo, ainda que cada vez mais em sintonia global com as demais culturas, sentia na carne o problema da desigualdade e da pobreza. A partir dos anos 80, mesmo nos países centrais, o sonho dos anos dourados começa a ruir, e o Estado de Bem-Estar social é colocado em xeque nas duas maiores potências econômicas do Mundo, os Estados Unidos de Reagan e a Inglaterra de Margaret Thatcher. A abertura dos mercados internacionais, a desregulamentação das relações de trabalho, a derrocada da extinta União Soviética e a simbólica queda do muro de Berlim abalaram as estruturas socioeconômicas no primeiro mundo.

A transposição da sociedade do século XX, entendida como a realização do sonho moderno, marcada pela disputa ideológica entre esquerda e direita, entre capitalismo e socialismo, é analisada, em consonância com as leituras históricas de Hobsbawm, por sociólogos como Anthony Giddens, Scott Lash e Ulrich Beck, Loic Wackant e por criminólogos como Jock Young e David Garland. A revolução tecnológica e pós-fordista multiplicou o chamado desemprego estrutural, uma forma de desemprego na qual não são gerados novos postos de trabalho. O mundo de inclusão da modernidade e do *welfare state* foi, e ainda é, gradativamente substituído por uma sociedade excludente e globalizada, de padrões de consumo e estilos de vida reproduzidos em diferentes países e diferentes classes sociais, mas o acesso em termos econômicos é restrito. Esta crise vai ser sentida nos estudos criminológicos, já a partir dos anos 60, quando a expectativa da redução das taxas de criminalidade com a melhoria do emprego e das condições de vida não se concretizou, e muitas das teorias geradas por um século de pesquisas criminológicas, em especial as que se referiam às gangues e à delinquência juvenil, acabaram também por entrar em crise. Fatores como renda, desemprego, classe social ou acesso a serviços básicos, ainda que importantes em conjunto, não se mostravam com determinísticos do comportamento criminoso. A crise moderna é também uma crise de unificação ideológica, de identidade. Não que estas não existam, mas ficam cada vez mais difíceis de padronizar:

[O mundo do sonho moderno] Era um mundo consensual cujos valores essenciais estavam centrados no trabalho e na família. Era um mundo inclusivo: um mundo uno, concorde, em que a tônica estava na assimilação seja de faixas cada vez mais amplas da sociedade (a baixa classe operária, mulheres e jovens), seja de imigrantes adentrando uma sociedade monocultural. Era um mundo em que o projeto modernista era pensado em meio a uma atmosfera de sucesso (Young, 2002, p. 18-19).

Os limites da inclusão e da exclusão pareciam bem delimitados, sendo o mundo da inclusão um patamar seguro e linear, de crenças sobre o futuro e sobre o desenvolvimento crescente e objetivo da sociedade. As instituições inclusivas como a Escola, a Universidade, o Emprego, a Ciência pareciam, no seu avanço

inexorável, levar consigo toda a humanidade. Zigmunt Bauman, recentemente, publicou um livro chamado *Vidas Desperdiçadas* (2005) no qual coloca que o sonho moderno do pós-guerra nunca foi concretizado, pois o número de pobres, miseráveis e desempregados estruturais tanto nos países centrais quanto nos periféricos nunca parou de crescer, e, nos últimos anos, mesmo nos países centrais essa população cresce e torna-se visível. Segundo Anthony Giddens (1991), a modernidade tardia tem a marca da precariedade nas relações humanas, políticas e econômicas. A escolaridade média e o curso superior não são mais garantias do emprego e da vida economicamente estáveis, a máquina do Estado não é mais capaz de prover os pobres e miseráveis das mínimas condições de sobrevivência. Em um mundo de pluralidade, crise de identidades e insegurança ontológica, como podemos ser capazes de pensar no jovem como categoria social, identitária e alvo específico de políticas públicas, sendo que, além da população jovem hoje predominar, ela é relativa, em termos demográficos, a fatores econômicos, culturais, geracionais. Como delimitar uma categoria identitariamente precária e estabelecer políticas públicas específicas para essa categoria?

Retomando a análise do filme *Laranja Mecânica*, como, em um contexto em que o Estado ocupa um papel ambivalente no controle social, sendo excludente em suas estratégias de inclusão e precário nas suas políticas, em especial no Brasil, podemos pensar em juventude e em políticas públicas? A próxima etapa é uma breve problematização do conceito de jovem e como ele se insere nas políticas públicas, questionando também quem e de que maneira executa as políticas públicas da juventude no contexto brasileiro. Ainda que as vicissitudes do conceito de juventude sejam muitas, podemos imaginar que a juventude, em termos epistemológicos, seja uma categoria múltipla e complexa, mas, em termos metodológicos, sociológicos e psicossociais esta complexidade é reduzida a uma problemática social grave e urgente, tanto que atualmente mobiliza um contingente mundial de investigadores e de atores sociais.

4 OS JOVENS, AS GANGUES E A VIOLÊNCIA

Afinal, quem são os jovens infratores e violentos? Que tipo de perigo eles representam para a sociedade? Colocando melhor a questão: para quem eles representam o perigo e quem se beneficia disto? Nesta questão, grandes pesquisadores do tema entram em uma celeuma: Alba Zaluar (2004), baseada na obra de Norbert Elias (2000), representa uma corrente que acredita que os jovens que cometem homicídios, estupros, latrocínios e se envolvem com o crime organizado apresentam um “etos guerreiro”, uma total desconsideração pelo outro, uma incapacidade de expressar solidariedade e respeitar as diferenças. A gênese do “etos guerreiro”, para a autora, é a falha no processo civilizador

proveniente do Estado, através de suas instituições, e esta falha ocorre tanto entre os jovens criminoso quanto nas instituições policiais. Ao “etos guerreiro” se opõe o “etos civilizado”. O “etos civilizado” seria guiado pelo respeito mútuo às diferenças e aos espaços de convivência, e o ambiente onde o “etos civilizado” se reproduz seria o Estado democrático, instituição civilizadora por excelência, e uma das maneiras de sublimar essa índole agressiva e dominadora é o esporte. Curiosamente, essa ideia de “etos guerreiro” é similar à teoria do “Macho Demoníaco”, descrita pelos antropólogos Richard Wranghan e Dale Peterson (1998), que, observando o comportamento grupal homicida de espécies de Chimpanzés no Zaire, encontraram diversas similaridades na comparação com o comportamento homicida humano: dominação masculina, formação de grupos rivais para ataque, estupro, infanticídio. Esse comportamento agressivo de nossos parentes mais próximos no mundo animal é decorrente, segundo os autores, da pressão reprodutiva, das disputas por território e das relações de dominação de sexo. No entanto, a observação de outra espécie de grande primata aponta as saídas evolutivas para a extinção do comportamento: os chimpanzés bonobos, pelo desenvolvimento de laços afetivos e cooperativos entre as fêmeas e pela sua disponibilidade sexual, conseguiram equilibrar as relações de gênero e viver em bandos nos quais o homicídio e outros comportamentos foram erradicados. Wranghan e Peterson acreditam que a espécie humana é capaz, pelos extraordinários e quase ilimitados dons de seu córtex superior, de ser o mais violento dos chimpanzés, ou de ser o mais pacífico dos bonobos. A eliminação dos instintos agressivos, para esses antropólogos, é basicamente pelo processo civilizador: cordialidade, igualdade de gênero, democracia. Alba Zaluar acredita que o desenvolvimento de relações de sociabilidade e a criação de espaços de convivência, compostos por redes sociais, lideranças comunitárias e grupos de jovens são fundamentais na redução dos comportamentos violentos, mas vê o Estado como principal protagonista dessas políticas, e também não enxerga com bons olhos uma pedagogia popular que critique este papel do Estado, ou a universalidade da “cultura civilizada”.

Alba Zaluar faz uma crítica contumaz a uma outra corrente de pensamento e investigação, formada, segundo ela, por pesquisadores influenciados pelas teorias pós-modernas de Deleuze, Foucault e Guattari. Essas correntes, representadas, segundo ela, por antropólogos como Glória Diógenes e Luiz Eduardo Soares, tratam do problema das gangues e da delinquência como uma forma de expressão dos jovens, uma forma de adquirir visibilidade e pertença. A violência é vista por eles não só como destruição, mas também como uma possibilidade de criar algo dentro de um ambiente de exclusão social. Glória Diógenes é autora de importantes estudos etnográficos com gangues em Fortaleza, autora do livro *Cartografias da Cultura e da Violência* (1998), um relato etnográfico que descreve o cotidiano e o imaginário de gangues juvenis e

coloca em perspectiva a sociedade “civilizada”, vendo o surgimento da cultura “hip-hop” como importante canal alternativo – sendo um elemento que une as tribos “do etos guerreiro” e as de “etos não tão guerreiro”. Alba Zaluar (2004) analisa o Hip-Hop com o foco principalmente nas correntes americanas, de *gangsta rap*, ligados diretamente ao poder das grandes gravadoras, ao tráfico de drogas e à imagem primal do “etos guerreiro”; no Brasil, o Movimento Hip-Hop atingiu uma dimensão completamente diferente, sendo ligado justamente a uma sublimação das brigas de gangues através do elemento da dança, do grafitti e da expressão dos conflitos através das letras engajadas (Oliveira, 2001; Diógenes, 1998; Rocha; Domenich; Casseano, 2001). Outro autor criticado por Alba Zaluar é Luis Eduardo Soares, que já foi secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Porto Alegre. Atualmente, Luis Eduardo trabalha com o *rapper* MV Bill, em uma parceria que já rendeu a publicação do livro *Cabeça de Porco*, no qual o saber acadêmico do Antropólogo é complementado por uma brilhante pesquisa de campo realizada pelo *rapper* e seu produtor Celso Athayde, que percorreram favelas do Brasil inteiro e cartografaram o cotidiano dos jovens e adolescentes que vivem totalmente à margem, desprovidos de qualquer rede social que os acolha ou de qualquer *expert* que os escute. Alba Zaluar acusa ambos de serem condescendentes com os comportamentos homicidas, ou de não serem neutros, perdendo o distanciamento crítico por se identificarem com a população pesquisada.

A violência e o crime não atingem somente ricos ou pobres, mas distribui-se em uma rede. No entanto, em nossos sistemas societários, e o atual estágio do capitalismo, alguns atores sociais assumem o controle, uns acabam por sofrer mais que outros

Ainda que chame atenção na mídia e se constitua em um dos campos de estudos mais conturbados e debatidos, a questão do delito juvenil é apenas um dos elementos constituintes da vasta problemática dos jovens em bairros de maior vulnerabilidade, ainda que a maioria dos autores constata a realidade de que, considerando o todo dessa população, aqueles que cometem delitos são uma minoria (Zaluar, 2004; Oliveira, 2001; Volpi, 2002; Arantes, 2000).

Por hora, é importante ressaltar que, no processo de democratização da sociedade brasileira e no debate sobre as questões das crianças, adolescentes e jovens houve uma importante transição de um modelo em que o Estado e a lei penal tomavam para si o gerenciamento e a elaboração das “políticas” para uma situação em que os Conselhos Tutelares, ainda que pouco amparados pelos governos, aliam-se a lideranças comunitárias, ONGs e movimentos sociais para discutir, elaborar e colaborar com as políticas da juventude. O objetivo desta pesquisa é justamente mapear as estratégias e atuações dessa complexidade de atores sociais na execução de políticas públicas da juventude, seus conflitos e interfaces.

5 POLÍTICAS DA JUVENTUDE: RUMO AO PROTAGONISMO DO JOVEM E DAS REDES SOCIAIS

Os atores sociais observados nesta pesquisa são constituintes de redes de sociabilidade que executam políticas públicas no Bairro Restinga e atingem um público específico de jovens, em sua maioria negros, pobres e que vivenciam uma complicada realidade no que tange a serviços oferecidos pelo poder público em seu bairro. Esses grupos também, entre outras “categorias etárias”, é formado por jovens que são alvo de políticas públicas um pouco mais antigas.

Uma das mais importantes organizações que trabalham as questões da juventude no Brasil é a UNESCO. A organização abriu seu escritório no Brasil em 1964, no Rio de Janeiro, e mudou-se para Brasília em 1972. Hoje, o Escritório da UNESCO em Brasília conta com escritórios em várias capitais brasileiras. Atualmente, a UNESCO financia e apoia projetos e execução de políticas públicas da juventude, acompanhamento e evolução dessas políticas, além da realização e publicação de pesquisas demográficas sobre perfil e situação dos jovens brasileiros. No campo da juventude e políticas públicas, é importante aqui o trabalho de Miriam Abramovay, Julio Jacobo Wailsefitz, Mário Garcia Castro, Fabiano Lima, Mario Volpi e Leonardo Pinheiro. Além da UNESCO, outros pesquisadores e instituições destacam-se, como Regina Novaes, do Iser, Helena Abramo (Fundação Perseu Abramo), Cecília Coimbra, Esther Arantes (UERJ, Grupo Tortura Nunca Mais). No Rio Grande do Sul, Carmem Oliveira, após exonerar-se do cargo de diretora da FASE, publicou uma das obras mais completas sobre violência juvenil e encarceramento, chamada *Sobrevivendo no Inferno*, parafraseando a música do grupo de *rap* Racionais. Boa parte dos dados e conceitos apresentados a seguir foram, basicamente, obtidos destes pesquisadores e instituições.

O primeiro obstáculo epistemológico que o pesquisador da juventude encontra é: quem são os jovens, ou o que é jovem, ou até mesmo no que a juventude se diferencia da “idade adulta”, ou da “infância”, ou mesmo da “terceira idade”?

Vejamos, então, como abordam o tema os pesquisadores da UNESCO, na introdução do livro *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*:

O termo ‘juventude’ refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero. Convencionalmente, para comparar a situação de jovens em distintos contextos e fazer um acompanhamento da evolução no tempo, se estabelecem ciclos de idade. (UNESCO, 2004, p. 23).

O conceito de juventude envolve fatores relacionados com o ciclo natural da vida, com o surgimento de uma categoria social e econômica e com a abstração de uma qualidade referente ao “novo”.

Os ciclos de idade são importantes na análise do jovem como categoria sociológica, principalmente, e também na execução de medidas legais. No caso da constituição vigente, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, os ciclos são definidos como: até 11 anos, infância; dos 12 até os 18, adolescência. Na lei brasileira, o voto é permitido aos 16 anos, e a maioridade legal, idade da imputabilidade penal e da permissão para conduzir veículos automotores é aos 18 anos. Aos 21 anos, é permitida a compra de armas de fogo, de acordo com o novo estatuto do desarmamento. As leis delimitam graus de tutela legal em ordem crescente de autonomia. No entanto, as leis não são capazes de reger a economia cotidiana ou o desenvolvimento humano biológico ou psicossocial, e é neste interstício que a categoria jovem se sobrepõe e se expande, atravessando a adolescência e ingressando na idade adulta.

Em termos de infância e adolescência, os parâmetros demográficos e de pesquisa são regulares, mas na categoria juventude há muitas divergências: no Brasil, em termos demográficos, a convenção é de 15 a 24 anos em geral; no caso de áreas rurais ou de vulnerabilidade social, é incluída a população de 10 ou 14; e, em estratos médios e urbanizados, são incluídos os grupos de 25 ou 29 anos; nos países mais desenvolvidos, com maior expectativa de vida média, os limites são elevados. Martins (2002), analisando os jovens no contexto da reestruturação produtiva, coloca que o critério mais comum é o adotado pela Organização Internacional do Trabalho, que considera a juventude em dois períodos: o da adolescência compreendido entre os 15 e os 19 anos, no qual supostamente é obtido o grau de escolaridade que possibilita o ingresso no mercado de trabalho, e outro dos 20 até os 24.

Podemos identificar a infância e até mesmo a adolescência, até mesmo com critérios biológicos, ainda que a segunda seja um período também polêmico e conturbado, e o limite superior do que podemos chamar de juventude é ainda nebuloso, pois a juventude é mais do que propriamente um ciclo, é um adjetivo, um atributo, um devir-jovem.

A maioria dos autores concorda, e as pesquisas mostram, que a juventude não é uma categoria homogênea, e o próprio critério difuso para defini-la em termos de amostragem populacional é um exemplo disso. Existem diferentes categorias juvenis, referentes ao ambiente socioeconômico e cultural onde esse jovem está inserido, e estamos falando aqui de acesso qualitativo e quantitativo aos serviços essenciais e à renda, aos diferentes grupos étnicos, às diversas configurações do espaço onde o jovem habita, enfim, a uma multiplicidade de fatores que tornam a categoria jovem um objeto complexo e multifacetado de análise.

Regina Novaes (1998) afirma que, paradoxalmente, essa multiplicidade traz à tona as questões comuns da juventude, que, de certa forma, são experimentadas pelas outras categorias e “não jovens”: consumo, participação política, drogas, cuidados com a saúde, relações de gênero, violência, desemprego e qualificação para o trabalho etc.

Uma das diferenciações que podemos fazer da juventude para o “mundo adulto” é funcional, ou seja, pelo fato da maior parte da população jovem estar “em formação”, em idade escolar ou universitária, afinal, a maior e mais identificável e mais tradicional das categorias juvenis é a dos estudantes. O jovem e o adolescente são considerados com estando em um processo de socialização, mas, afinal, quem não está em processo de socialização? Quem, na contemporaneidade, considerando que vivemos em uma era das precariedades das relações identitárias, na qual emprego, educação e classe social não mais são garantias inexoráveis de estabilidade e segurança, tanto para jovens como para adultos? Sendo as características positivas da juventude como ápice do desempenho físico e mental, bem como sua irreverência e multiplicidade referenciadas nos modos de vestir e agir, sua transitoriedade encaixa na velocidade das relações no contemporâneo. No entanto, se a instabilidade e a precariedade se manifestam naqueles que têm mais acesso a melhores condições de vida, essa incerteza irá exacerbar-se entre os mais vulneráveis.

Ainda que para vários autores a juventude enquanto segmento social tenha se configurado, neste século, como consequência do prolongamento do período escolar e das necessidades de uma preparação formal para a entrada na vida adulta e do trabalho, sua visibilidade social remete a conflitualidades, principalmente urbanas, que emergiram sob forma de rebeldias, revoltas e situações consideradas de delinquência. (Neto; Quiroga, 2000, p. 221-222).

Se a transgressão e a rebeldia são atributos considerados universais na juventude, independente da condição socioeconômica, como não irão se manifestar naqueles que, em uma sociedade supostamente democrática e de igualdade de oportunidades, vivenciam justamente a desigualdade e a vulnerabilidade social? De que maneira podem comportar-se jovens pobres, mas que convivem cotidianamente com a proximidade física ou midiática da riqueza e o acesso, senão a serviços essenciais, a bens ou padrões de consumo reverenciados por todos? Como, em uma sociedade com excesso de expectativas, podemos lidar com a carência de oportunidades? Para Oliveira (2001, p. 39), “o consumo passa a ser signo de inclusão, mas também de destituição daqueles que são, potencialmente, não consumidores”. Daí deriva que muitos delitos, como o roubo de objetos de marcas famosas, podem ser analisados como uma forma de adquirir algo que vá sustentar um tipo de reconhecimento e aproximação social.

O que desafia hoje a sociedade e o pensamento social é, portanto, a compreensão dessas novas linguagens trazidas pelos jovens pobres. Continuar lendo-as pelos códigos das transgressões, do desvio e principalmente pelo da criminalidade urbana representa, a nosso ver, uma miopia que nos impede de captá-las e nos imobiliza para encontrar novas saídas no campo social. (Neto; Quiroga, 2000, p. 234).

O local de coleta de dados e investigação desta pesquisa foi o Bairro Restinga. A taxa de analfabetismo é de 6% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,6 salários mínimos. De um total de 53.764 habitantes, 27.448 encontram-se na população entre zero e 34 anos, sendo que 43% dos responsáveis por domicílios possuem um rendimento de até dois salários mínimos e 17% ganham até um salário mínimo.¹

Quanto ao número de serviços disponíveis à população, a Restinga conta com quatro escolas estaduais, dez escolas municipais e quatro escolas particulares. É curioso que apenas três escolas do bairro contem com ensino de segundo grau. Em termos de saúde, a comunidade conta com três Unidades Básicas. Segundo levantamentos urbanísticos e o depoimento de suas lideranças comunitárias, a população do bairro é subestimada, pois há muitas ocupações irregulares e vilas cujo censo não abarca. Há depoimentos de que sua população é de 80 mil, 100 mil ou até 150 mil habitantes. Segundo dados do Observatório de Porto Alegre, a Restinga conta com elevados índices de vulnerabilidade social. Os dados demográficos, bem como o índice de vulnerabilidade social, foram construídos pelo recém-criado Observatório da Cidade de Porto Alegre (www.observapoa.gov.br), inserido em um contexto no qual um fator importante da cidadania é o acesso, por parte dos cidadãos, a informações sobre o local onde vivem.

A Restinga foi decretada oficialmente bairro pelo prefeito Olívio Dutra, em 1990, e foi criada a partir de políticas de desfavelização do fim dos anos 60. Essa política removeu uma população favelada para o que seria chamado de Vila Nova Restinga, um plano modelo de desenvolvimento urbano e social. A área é urbanamente isolada e encontra-se a 25 quilômetros de distância do centro tradicional de Porto Alegre. Uma parte dos removidos não tinha requisitos em termos de renda para candidatar-se ao BNH, e foi depositada em uma área não urbanizada, onde hoje se localizam as favelas. Estas são locais de migração e remoção até os dias de hoje. Essa metade do bairro é chamada de Restinga Velha, enquanto a parte mais urbanizada e estruturada recebe o nome de Restinga Nova. Como a maior parte das políticas de urbanização no Brasil, o plano Restinga foi incompleto e falho, mesmo a população tendo melhores condições. Há carências de emprego lazer, educação, saúde, transporte, e a formação de territorialidades violentas do tráfico de drogas. As poucas escolas enfrentam toda a problemática da falta e precariedade dos recursos humanos e materiais e a violência escolar decorrente de conflitos étnicos e sociais de uma Instituição estatal em dissonância e conflito com a comunidade. No trabalho de

campo, é possível constatar que a maior parte, quase a totalidade dos professores e professoras das escolas do bairro, não reside na Restinga, e uma minoria parece engajar-se nas redes sociais do bairro ou é simpática à abertura da escola para oficinas e atividades alternativas. Essa minoria executa um importante papel na quebra do estigma da escola pública e conquista a simpatia dos alunos, tornando as relações menos conflitivas e tensas. A história do bairro é contada por seus habitantes como de exclusão social e de descaso do Estado com a população. Como pensar em políticas públicas da juventude² em um contexto de tantos paradoxos referentes ao poder público?

6 AS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO AUTÔNOMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE

Como já foi dito anteriormente, a violência praticada sobre e pelos adolescentes infratores é um problema que atingiu grande visibilidade, e vêm sendo tratado pela mídia exaustivamente como questão de polícia, inclusive com pressões para a redução da idade penal ou para o aumento da repressão policial e da capacidade do Estado de acolher esses jovens nas chamadas “instituições socioeducativas”.

No ano de 2001, a Restinga foi escolhida como piloto para um projeto de segurança pública municipal, elaborado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares, convidado pelo prefeito da época, Tarso Genro, para a recém-criada Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre. Partindo de algumas estatísticas criminais do Brasil e de Porto Alegre, e da realização de uma sondagem investigativa em dois bairros da capital gaúcha, a ideia do plano era investir sobre a população jovem cooptada pelo tráfico de drogas, através de alternativas culturais e esportivas capazes de fornecer outras possibilidades de inserção social em termos de geração de renda e resgate da cidadania. A proposta inicial seria de construir um “Estúdio de Multimeios” (Soares, 2001) e promover oficinas ligadas à arte popular, ao *hip-hop*, o grafite, bem como mapear e apoiar a produção de mídias alternativas como fanzines, rádios comunitárias e vídeos alternativos, aproveitando como multiplicadores um contingente de jovens que participaram de projetos anteriores ligados à prefeitura ou de movimentos sociais. Agregadas a esse projeto, pela iniciativa de um segurança de Luiz Eduardo, foram criadas oficinas de artes marciais, nas quais chegaram a participar mais de 400 jovens, utilizando-se do espaço cedido por escolas e associações comunitárias. Foram realizadas mais de seiscentas reuniões com a comunidade, porque uma das metas de Luiz Eduardo seria aproveitar e “esquentar” as redes da Restinga para aproveitar a capacidade conectiva das entidades, e estabelecer parcerias com outros programas já existentes, além da

possibilidade de criar uma “matriz de gerenciamento integrado”, uma espécie de base de dados comum entre instituições que lidam com adolescentes infratores ou abandonados, para que se pudesse mapear suas trajetórias e prestar-lhes auxílio, conforme preconiza o ECA.

7 FERES, NAVEGANDO POR REDES SOCIAIS DA JUVENTUDE

A sigla FERES refere-se a uma entidade que antes se chamava Fórum das Escolas da Restinga e Extremo Sul. Neste ano, seus participantes, em uma de suas plenárias, decidiram que seu nome mudaria para Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul. O novo nome é mais condizente com os princípios e com o modo de operar desse coletivo, que vem a ser uma Rede de Educadores da Restinga. Neste bairro, a Educação é algo muito caro, e cada vez mais transcende o aparelho de Estado mais representativo da Educação: a Escola.

Há uma série de movimentos sociais organizados na Restinga, alguns autônomos, outros diretamente relacionados ao Estado, outros oriundos de políticas do Estado que não mais funcionam, ONGs, associações comunitárias, movimentos de Hip Hop, anarquistas, catadores e recicladores de lixo, toda sorte de igrejas evangélicas, pentecostais, neopentecostais, católicas, centros espíritas, duas escolas de samba, creches comunitárias, rádios etc. Muitos desses movimentos atuam diretamente com atividades educativas que são chamadas de oficinas e, muitas vezes, interagem com as escolas, de maneira amistosa ou não, mas sempre conflitiva. O FERES surgiu da mobilização de alguns professores e atuadores de movimentos sociais da Restinga em função do Plano de Segurança Municipal de Porto Alegre.

Em 2002, Luiz Eduardo Soares contatou a Psicologia Social da UFRGS para dar um acompanhamento acadêmico ao projeto, especialmente no que diz respeito às questões da juventude. O Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS criou, então, um grupo chamado Juventude e Contemporaneidade, e durante um ano realizou debates e eventos para discutir temas como juventude, vulnerabilidade social e violência. Esse coletivo era aberto, composto por acadêmicos e profissionais de várias procedências: psicologia, sociologia, artes plásticas, comunicação, de diversas universidades e instituições. Muitos integrantes desse grupo já realizavam atividades na Restinga (eu já havia feito dois estágios e uma dissertação no bairro), e uma dessas pessoas, Deisimer Gorczewski, trabalhava diretamente como assessora de Luiz Eduardo Soares, cursava o mestrado em Comunicação na UNISINOS, estudava formas alternativas de comunicação com jovens da Restinga e participava do FERES. Gorczewski fez a ponte entre o FERES e o grupo de extensão da UFRGS, concretizada em um projeto de extensão de capacitação para educadores populares. Em dois anos de

debates, oficinas e interações, foi construído o projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”, no qual os oficineiros da Restinga e da UFRGS firmaram uma parceria de trocas de conhecimento e informações. Esse projeto está em fase final na publicação de seu livro.

Autores como Anthony Giddens (2001), Zigmunt Bauman (2005), Toni Negri e Michael Hardt (2005) enfatizam a posição contemporânea de inversão da construção da sociedade, sendo o social o produto resultante da interação das redes, da ação dos indivíduos.

Na Restinga, muitas ações e políticas públicas incompletas capacitaram os sujeitos moradores e trabalhadores do bairro a fazer suas próprias políticas ou a desenvolver estratégias de pressão e negociação.

Podemos definir rede como um domínio de relações entre elementos de uma multiplicidade que ocupam tanto a posição de partes constituintes quanto de operadoras, que conservam em si tanto a repetição (a coletividade) quanto a diferença (as especificidades possíveis). Redes são momentos múltiplos, singulares e coletivos, sociais e individuais, espaciais e temporais. Trabalhar na rede e em rede pode ser considerado um trabalho imaterial. O trabalho imaterial não possui necessariamente um resultado concreto, um produto como um sapato ou um computador, ele refere-se à produção de ideias, afetos, tecnologias intelectuais: “talvez fosse melhor entender a nova forma hegemônica como trabalho biopolítico, ou seja, o trabalho que cria não apenas bens materiais mas também relações, e, em última análise, a própria vida social” (Hardt; Negri, 2005, p. 98).

Na Restinga, as políticas decorrentes do ECA, do SUS, os Planos Municipais de Segurança Urbana, a Descentralização da Cultura, Governança, as políticas de comunicação, reciclagem de lixo, educação, juventude etc. encontram sempre seu contraponto e geram consequências em redes e movimentos múltiplos e heterogêneos, que podem atuar ora como protagonistas, ora como antagonistas, ou interlocutores autônomos.

8 CONCLUSÃO

O estudo então, levou a cabo três pontos fundamentais de análise:

- a) A heterogeneidade e a conectividade das redes, integradas por atores estatais, do terceiro setor, e da comunidade em geral, integrando entidades assistenciais, educacionais, administrativas, pesquisadores da Universidade e colaboradores autônomos.
- b) As estratégias de organização, que oscilam entre a flexibilidade e a desorganização, a organização e a clausura, entre a autonomia e a dependência (regulação *versus* emancipação). É importante ressaltar o fator de segregação urbana como gerador de processos de autonomia.

O FERES é uma entidade reconhecida pelo seu trabalho, mas ainda não possui registro oficial, seus recursos financeiros e sua estrutura são precários e itinerantes, mas sua criatividade, combatividade e capacidade de agregar capital humano a torna capaz de gerenciar uma imensa agenda de oficinas, mobilizações, festas, programações culturais e intervenções na comunidade.

A rede FERES é estruturada por um núcleo de membros mais antigos que residem ou trabalham no bairro, uma rede de colaboradores vinculados a projetos sociais de universidades ou do terceiro setor, e pela rede heterogênea de moradores e trabalhadores do bairro que usufruem de suas ações. O FERES é organizado atualmente por núcleos temáticos, cujas coordenações compõem, uma coordenação maior responsável pela organização do cronograma geral de atividades. Durante o ano são realizados os seminários, abertos a todos os colaboradores e participantes.

- c) A qualidade e a quantidade de serviços e políticas executadas na comunidade: formação de professores, alunos de escolas e comunidade em geral em temas pertinentes: etnias, meio ambiente, comunicação, direitos humanos, produção cultural e economia solidária.

Nos espaços intersticiais de políticas públicas e máquinas administrativas, as redes escavam túneis e percorrem caminhos subterrâneos. É nebuloso o terreno de políticas públicas da juventude: ou educacionais, ou dependentes de mecanismos viciados da democracia representativa, com seus cargos de confiança, seus anos eleitorais e suas megamáquinas politizantes e politizadoras.

As redes se autoproduzem em velocidades imensuráveis, enquanto o Estado e suas instituições estão presos à cronificação. O que compete às redes, para que movimentem máquinas defensoras de direitos humanos, de melhores condições de moradia, de visibilidade positiva na mídia, de acesso à cultura, é transformar sua aceleração em velocidade, e sua velocidade em atrito. Mas esse processo paga o preço da liberdade, ele é difícil, árduo, pedregoso e, mesmo quando os benefícios aparecem, eles dependem do ponto de vista de quem analisa as redes, seus retroalimentadores sistêmicos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, Helena W.; FREITAS, Maria V.; SPOSITO, Marília P. *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002.

ARANTES, Esther; MOTTA Maria M. (Org.). *A Criança e seus direitos*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1999.

- ARANTES, Esther; MOTTA Maria M. (Org.). *Envolvimento de adolescentes com o uso e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Cadernos Prodenan de Pesquisa Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRUZIUS, Ariane; GORCZEWSKI, Deisimer. A Segurança Pública e a Juventude na Restinga. *Jornal do Grupo Ação Periférica na Comunicação*, Porto Alegre, dez. 2002.
- BURGESS, Anthony. *La naranja mecânica*. Madrid, El Mundo, 1999.
- CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: SENAC, 2003.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo: AnnaBlume, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. São Paulo, Record, 2001.
- GOULART, M. V. S. ; Rosa, Maria da ; Santos, Carlos dos; Pacheco, Alex . *Vivenciando a cultura na Restinga*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. São Paulo: Record, 2005.
- Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- NOVAES, R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena W.; FREITAS, Maria V.; SPOSITO, Marília P.: *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002.
- OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE. Disponível em: www.observapoa.com.br, acesso em 15/05/2006.
- OLIVEIRA, Carmen S. *Sobrevivendo no inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- PROCÓPIO, Argemiro. *O Brasil no Mundo das Drogas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOARES, Luiz Eduardo. Projeto de segurança para Porto Alegre. In: Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório azul: garantias e violações dos direitos humanos do RS, 2001/2002. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. 348 p.

SPOSITO, Marília P.; CARRANO, Paulo C. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, p. 16-39, set-nov 2003.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; RUSSO, Maurício. Cidade complexa e diferenciada. In: *Prefeitura de Porto Alegre e a segurança urbana*. Porto Alegre, SMDHU, 2003.

UNESCO. Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.

VOLPI, Mário. *Sem liberdade, sem direitos: a privação da liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez, 2001.

WRANGHAN, Richard; PETERSON, Dale. *O macho demoníaco: as origens da agressividade humana*. São Paulo, Objetiva, 1998.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

YOUNG, Jock. El fracaso de la criminología: la necesidad de un realismo radical. *Revista Criminología Crítica y Control social*, nº 1, Ed. Juris, 2000, p. 5-40.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

NOTAS

*Possui graduação em Psicologia (1999), Mestrado em Psicologia Social e Institucional (2002), Doutorado em Sociologia (2007) e Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009).

¹ O salário mínimo considerado para o cálculo é de R\$ 151, valor em vigor em agosto de 2000.

² “Em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. é preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias” (Sposito, 2003).